



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

"Parlamento Forte"

PARECER

Comissão de Redação e Justiça
Projeto de Lei Complementar nº 03/2019

I. RELATÓRIO

O **Projeto de Lei Complementar nº 03/2019**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre alteração de dispositivo da Lei Complementar nº 008, de 27 de dezembro de 2007 (Estabelece procedimento de rotina no sistema de fiscalização do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda SEMFA), foi protocolado nesta Augusta Casa de Leis no dia 24 de junho de 2019 sob o protocolo nº 1664/2019.

A proposta em questão foi inclusa na pauta da 28ª Sessão Ordinária e após a leitura dinâmica da matéria no plenário desta Casa Legislativa em 04 de julho de 2019, submeteu-se o Projeto à apreciação desta douta Comissão para análise e parecer conforme determina o art. 37, § 3º c/c 40 do nosso Regimento Interno, *in verbis*:

"Art. 37 Compete a Comissão de Redação e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos entregues a sua apreciação, quanto ao aspecto constitucional, legal ou jurídico, e quanto ao aspecto gramatical e lógico, quando solicitado seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do plenário."

"Art. 40 Ao Presidente da Câmara incumbe, dentro do prazo improrrogável de até seis (seis) dias úteis, a contar da leitura da proposição em Plenário, encaminhá-los à Comissão competente para exarar parecer."

O Presidente da Comissão de Redação e Justiça encaminhou a matéria ao Relator, Vereador Gilmar Pinheiro, para manifestar-se acerca dos aspectos constitucional, jurídico, gramatical e lógico da proposição.

É o relatório.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI
“Parlamento Forte”

II. VOTO DO RELATOR

Inicialmente deve-se verificar a devida aplicação da técnica legislativa, instituída pela Lei Complementar nº. 095/1998, avaliando se o Projeto em óbice atende os padrões técnico exigidos, em respeito as normas legais vigentes. Neste sentido, o projeto atende aos requisitos.

Em seguida, analisando a competência para proposição da matéria, verifica-se em consonância com o artigo 22 da Lei Orgânica Municipal que a mesma é de natureza legislativa, cuja competência para sua proposição é privativa do Executivo, em obediência aos ditames do artigo 46, XII da LOM, estando ainda de acordo com o art. 37 do já citado Regimento, estando, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Por esta razão, no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar o referido projeto possui condições de ser aprovado.

Assim sendo, não havendo demais impedimentos, manifesto-me **FAVORAVELMENTE** à aprovação do **Projeto de Lei Complementar nº 03/2019**.

É o nosso parecer.

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Redação e Justiça, em reunião, aprovou por **UNANIMIDADE** o parecer do Relator ao **Projeto de Lei nº 03/2019**, sendo, portanto, **FAVORÁVEL** à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 2019.


GILMAR PINHEIRO
RELATOR


DENIZART LUIZ DO NASCIMENTO
MEMBRO


CLEBINHO BRAMBATI
PRESIDENTE